

## **PROPAG: uma oportunidade para a reestruturação das finanças do Estado do Rio de Janeiro**

O ingresso do Estado do Rio de Janeiro no Programa de Pleno Pagamento da Dívida dos Estados (PROPAG), em substituição ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF), representa uma nova etapa na busca pelo equilíbrio das contas públicas e pela reversão do déficit fiscal estadual.

O novo programa apresenta vantagens significativas em relação ao regime anterior. A principal delas é a possibilidade de amortização de até 20% do saldo da dívida estadual, atualmente estimada em R\$ 210,6 bilhões, mediante a oferta de ativos pelo Estado.

Outro aspecto relevante é a eliminação da taxa de juros de 4% ao ano, condicionada ao compromisso de realização de investimentos em áreas sociais. Como consequência dessa combinação de medidas, a prestação mensal da dívida é reduzida de R\$ 436 milhões para R\$ 119 milhões, correspondendo a uma diminuição de aproximadamente 72,7%. Essa mudança proporciona uma economia estimada em R\$ 6,2 bilhões ainda neste ano e de R\$ 12,3 bilhões em 2027.

Sob a ótica econômico-financeira, o desenho do programa mostra-se promissor. No plano político, entretanto, permanecem importantes questionamentos. A atuação do governador em exercício, que não chegou ao cargo por eleição direta e, portanto, encontra-se relativamente menos sujeito às pressões inerentes ao ciclo eleitoral, demonstra que é possível conduzir uma gestão pública orientada pelo equilíbrio fiscal e pelo interesse coletivo. A corrupção, o apadrinhamento político, o empreguismo desvinculado do mérito e outras práticas historicamente presentes na administração estadual precisam ser definitivamente enfrentados.

A questão central, contudo, permanece: o governador eleito pelo voto popular, que assumirá a administração estadual a partir de 2027, manterá o mesmo compromisso com o ajuste fiscal e a modernização da gestão pública?

Alguns indicadores fiscais, com base no TCERJ, ajudam a refletir sobre essa questão. A análise do período de 2017 a 2025 permite contestar determinadas interpretações recorrentes no debate econômico. A primeira delas refere-se à suposta insuficiência de receitas como principal causa da crise fiscal fluminense. Em valores reais, as receitas

correntes cresceram, em média, 4,52% ao ano, acumulando expansão real de 36,45% em 2025 em comparação com 2017.

As transferências correntes também desempenharam papel importante nesse desempenho, registrando crescimento médio real anual de 3,81% e expansão acumulada de 24,54% no mesmo período, com destaque para o aumento das receitas provenientes dos royalties e participações especiais do petróleo.

Entretanto, o crescimento das receitas não se traduziu em maior capacidade de investimento. Entre 2017 e 2025, as despesas correntes consumiram, em média, 92,65% das receitas correntes, restringindo significativamente o espaço fiscal destinado aos investimentos públicos, cuja participação média foi de apenas 3,38%.

Outra afirmação frequentemente presente no debate é a de que os gastos com juros seriam o principal obstáculo ao investimento público. Os dados, contudo, sugerem uma realidade distinta. No período analisado, as despesas com juros representaram, em média, apenas 1,67% das receitas correntes.

Dessa forma, a atenção deve ser direcionada para a composição das despesas correntes, especialmente para a rubrica "Outras Despesas Correntes", cuja participação média alcançou 29,0% das receitas correntes, enquanto os gastos com pessoal corresponderam, em média, a 62,67%.

Nesse contexto, as medidas adotadas pelo atual governo, como a revisão de contratos de fornecimento considerados superfaturados ou não prioritários e a redução de cargos ocupados por indicações políticas, representam passos importantes na direção da reestruturação fiscal. Todavia, a continuidade dessas iniciativas dependerá da orientação da próxima administração estadual.

Os ajustes fiscais, contudo, não constituem um fim em si mesmos. Representam apenas o início de um processo de transformação que deverá ser acompanhado por um amplo planejamento estratégico de longo prazo, capaz de identificar os condicionantes dos ambientes interno e externo, definir prioridades e formular estratégias voltadas à diversificação produtiva, à inovação tecnológica e ao fortalecimento da competitividade do Estado do Rio de Janeiro.

Somente a combinação entre responsabilidade fiscal, planejamento estratégico e modernização institucional permitirá transformar o atual alívio financeiro proporcionado pelo PROPAG em desenvolvimento econômico sustentável e melhoria efetiva da qualidade dos serviços públicos oferecidos à sociedade fluminense.